

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

MARCELO DE OLIVEIRA GOMES

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E O CURRÍCULO ESCOLAR:
Um estudo de caso em uma escola de EJA no município de Porto Alegre.

Porto Alegre, julho de 2010

MARCELO DE OLIVEIRA GOMES

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E O CURRÍCULO ESCOLAR:
Um estudo de caso em uma escola de EJA no município de Porto Alegre.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito Parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador:
Prof. Dr. Raimundo Helvécio Almeida Aguiar

Porto Alegre, julho de 2010

AGRADECIMENTOS

Ao concluir, com este trabalho, a faculdade de Pedagogia na UFRGS, quero agradecer...

... a meu pai, que está sempre a meu lado, me apoiando, me orientando, e que quando olho no espelho o vejo em mim e me faz ser parte do que sou;

... a minha mãe professora, que já está no mundo espiritual, onde estive a seu lado acompanhando as questões de magistério e hoje tenho a possibilidade de seguir os seus passos, acreditando no ser humano, acreditando no amor entre as pessoas, acreditando que a vida pode ser melhor a cada dia e me regozijo e reflito após dar uma aula, quem deu esta aula? Eu ou minha mãe através de mim?

... a minha filha extensão do meu ser, pela nossa amizade, pela sinceridade, pelo diálogo, pelo carinho e amor, pelo apoio nesta jornada acadêmica, pela ajuda na formatação do TCC;

... a meus familiares e amigos que me apoiaram nesta jornada acadêmica;

... o acolhimento de todos os profissionais e alunos das instituições em que estive realizando estágio, trabalhos, entrevistas, pois foram pessoas que provocaram mudanças na minha concepção de mundo e os levo com carinho e saudade em minhas lembranças;

... a todos os profissionais e professores da UFRGS, que me deram aula diretamente ou indiretamente mantive algum contato educativo, pois me ensinaram a pensar e com isto pensei no que pensei e me transformei, aqui vai uma aluno que os leva no fundo do coração;

... ao Dr. Álvaro Genro e Dr. Marcelo Dias, que me acompanharam nesta jornada acadêmica, pelo profissionalismo, por me ajudar a enfrentar e conciliar a faculdade com aula todos os dias e o trabalho, de dez horas de trabalho por dia, com risco de vida, transportando pessoas, com uma folga por semana, dormindo cinco seis horas por dia. Também me ajudaram a resgatar o subconsciente para o consciente, ocasionando, com isto, uma tomada de consciência rumo a um adequado direcionamento afetivo, profissional, intelectual, espiritual;

... a filosofia seicho-no-ie, onde através da prática de agradecer, reconciliar e meditar, serenei a mente e desta forma pude organizar minhas idéias para realizar os trabalhos acadêmico;

... a Deus;

... a todas as coisas do Céu e da Terra;

... a meus ancestrais;

Muito obrigado! Muito obrigado! Muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho analisa currículo, EJA e Educação para o Trânsito em uma escola do município de Porto Alegre. O atual Código de Trânsito Brasileiro prevê disciplina de Trânsito nas escolas, mas não elaborou nenhum projeto educacional neste sentido. Educação para o Trânsito nas Escolas se faz necessário por estarmos envolvidos num sistema de trânsito cada vez mais complexo e perigoso, requerendo conhecimentos, entendimento, mudança de atitudes, de cultura de educação, para com isto, minimizar as tragédias diárias causadas por acidentes de trânsito em nosso país veiculado constantemente através dos meios de comunicação. Foi pesquisado, numa revisão bibliográfica, o que consta atualmente sobre educação de trânsito nas escolas, o que diz a lei, se é curricular ou entra como tema transversal. A análise documental ocorreu na Constituição Federal (CF), no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Curricular Nacional (PCN), Plano Estadual de Educação (PEE), Plano Curricular Estadual (PCE), Plano Municipal de Educação (PME), Plano Político Pedagógico das Escolas (PPP). Também foi realizada uma revisão bibliográfica em Teses, Dissertações Artigos, Livros. O estudo ocorreu no município de Porto Alegre, mas para um comparativo foi analisado o Plano Educacional do Município de Esteio e um projeto de Educação de trânsito no município de Sabará no Estado de Minas Gerais. Foi analisado, também, um programa de ensino da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) do município de Porto Alegre que num primeiro momento, no ano de 2000, formou uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para pensar e divulgar uma forma de trabalhar a educação de trânsito nas escolas, e num segundo momento, a partir do ano de 2009 realiza um curso de capacitação para multiplicadores da educação para o trânsito, e que uma nova turma realizou o curso no primeiro semestre de 2010. O referencial teórico está alicerçado em Paulo Freire, Rozestraten e pesquisas sobre o tema. A metodologia de pesquisa qualitativa foi empregada, num estudo de caso, realizado através de entrevista dirigida com o coordenador pedagógico, professores e alunos em uma escola municipal de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Porto Alegre, no entendimento de que a partir de uma particularidade que pode ser generalizado, verificar qual a realidade educacional das escolas em relação a Educação para o Trânsito. Verificou-se na revisão documental e nas entrevistas, não haver um projeto curricular com conteúdos disciplinares de Educação para o Trânsito nas escolas, no caso a EJA, nem a efetiva prática pedagógica em sala de aula relativa ao assunto Trânsito. Educação para o Trânsito é questão de segurança pública e sendo assim fica o clamor de que se façam urgentemente investimentos em Educação para o Trânsito nas escolas numa reformulação do currículo para atender a demanda social atual de um Trânsito seguro.

Palavras chave: EJA. Educação para o Trânsito. Currículo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: O QUE CONSTA SOBRE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NAS ESCOLAS, NOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	7
2.1 REFLEXÕES SOBRE A LEI DE TRÂNSITO E O QUE É TRÂNSITO: LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.....	7
2.1.1 CAPÍTULO I : DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	7
2.1.2 CAPÍTULO VI: DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO.....	10
2.2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	12
2.3 LEI N 9.394, DE 20/12/1996 – LDB.....	12
2.4 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE.....	13
2.5 PLANO CURRICULAR NACIONAL – PCN	13
2.6 PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	
2.7 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	14
2.8 EJA EM PORTO ALEGRE.....	14
2.9 TESES, DISSERTAÇÕES, ARTIGOS.....	14
3. PLANO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTEIO.....	15
4. EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO EM SABARÁ MINAS GERAIS.....	15
5. CURRÍCULO.....	16
6. TEMAS TRANSVERSAIS.....	17
7. METODOLOGIA QUALITATIVA DE PESQUISA.....	20
8. EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NAS ESCOLAS: DUAS ATIVIDADES PEDAGÓGICA.....	23
8.1 PRIMEIRA ATIVIDADE PEDAGÓGICA: AS CRIANÇAS.....	23
8.2 SEGUNDA ATIVIDADE PEDAGÓGICA: OS ADULTOS – EJA.....	25
9. PESQUISA COM EJA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM PORTO ALEGRE.....	26
10. EPTC – ASSET – EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO.....	29
11. REALIDADE DO TRÂNSITO NO BRASIL.....	33
12. REALIDADE DO TRÂNSITO NO RS/PORTO ALEGRE.....	34
13. PROPOSTA PEDAGÓGICA EM EJA.....	35
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
15. REFERÊNCIAS.....	39
16. ANEXO – MÚSICA: ATRAVESSAR A RUA.....	40

INTRODUÇÃO

O homem faz cultura, tem a capacidade de criar e dar significado ao que faz na busca de uma satisfação, de um bem estar físico e espiritual, de conforto, de tornar seus afazeres e necessidades mais práticos, rápido e eficientes. Esta criação, transformação, não é obra somente individual e sim coletiva e não é definitiva e sim relativa, por exemplo: com relação ao trânsito, em um dado momento andávamos a pé, depois montado num cavalo, hoje andamos também de automóvel, de ônibus, de caminhão, de trem, de barco, de avião e amanhã poderemos nos deslocar de formas diferentes requerendo para isto novos aprendizados.

À medida que o homem cria e transforma o mundo, ele se transforma, novos hábitos se fazem necessário ser aprendido para bem poder viver em sociedade. As relações entre as pessoas são complexas, são vários interesses, varias possibilidades, várias necessidades, vários comportamentos, várias personalidades, necessitando para viver em sociedade uma organização de atitudes e comportamentos, um regramento. Esta tomada de atitude, regramento e comportamento se faz através de uma tomada de consciência e esta tomada de consciência ocorre através do esclarecimento.

Com relação ao trânsito que está cada vez mais complexo e perigoso, se faz necessário um maior entendimento sobre o seu regramento para que através da tomada de consciência nos comportemos de uma forma adequada com o objetivo de diminuir os acidentes de trânsito.

Nós vivemos o trânsito na prática todos os dias, ele faz parte de nossas vidas e com isto temos a impressão que sabemos nos comportar nele e com esse saber de senso comum muitas vezes nos comportamos erroneamente achando que estamos certo em nossas atitudes ocasionando acidentes e infrações de trânsito.

O primeiro aprendizado sobre trânsito, entre outras coisas, ocorre em casa, no ambiente familiar, com os pais. Só que este aprendizado é relativo, pois pode ser um aprendizado adequado, como também limitado e porque não dizemos errado, muitas vezes. Podemos aprender trânsito em instituições como os centros de formação de condutores que é naquele momento em que completamos 18 anos e vamos tirar a carteira nacional de habilitação, como também no SEST SENAT onde vamos buscar aptidões para trabalhar como profissional do transporte: Acredito que o local mais adequado para aprender trânsito é na instituição Escola e em todos os seus níveis, porque é na Escola o local onde se convive, onde se faz cultura, onde existem relações, onde se pode pensar a realidade. (Carmen Craidy).

PESQUISA BIBLIGRÁFICA: O QUE CONSTA SOBRE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NAS ESCOLAS, NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

REFLEXÕES SOBRE A LEI DE TRÂNSITO E O QUE É TRÂNSITO

Será analisado somente os artigos do Código de Trânsito Brasileiro que diz respeito a educação de trânsito nas escolas, documento esse que prevê a educação para o trânsito na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus.

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 1º Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

Trânsito é o conjunto de deslocamentos de pessoas e veículos nas vias públicas, dentro de um sistema convencional de normas, que tem por fim assegurar a integridade de seus participantes. (ROZESTRATEN, 1988)

A palavra trânsito surge no sentido de movimento. Um movimento que tem relação com o homem, com a sua necessidade de deslocar-se de um ponto a outro. Pode ser um deslocamento lento ou rápido, seguro ou perigoso, isto é devido, porque o homem não está sozinho neste ambiente de movimentos. Outras pessoas também se movimentam, os animais movimentam-se, o cavalo carrega o homem montado, o boi puxa a carroça, o homem anda de bicicleta, motocicleta,

automóvel, ônibus, microônibus, caminhão, trator, etc. O homem com o passar de sua história sente-se necessidade de deslocar-se mais rápido para alcançar longas distâncias em menor tempo. Também sente necessidade de conforto, de criar formas de transportar seus objetos, de transportar uma maior quantidade de objetos e com menos esforço, cria formas de transportar e ser transportado. Neste palco de deslocamentos que se faz necessário ser ordenado, de cumprimento de regras, entre elementos que estejam em movimento, alguns podendo estar parado, que andam juntos, cruzam-se num espaço geográfico. O trânsito deve ser ordenado, planejado, aprendido, porque se faz necessário.

NO PRINCÍPIO

O trânsito, na sua essência, diz respeito, ao homem, o seu deslocamento e a segurança nesse deslocamento. Movimentar-se é inerente ao homem e esse deslocar-se de um ponto a outro, pode ser um deslocamento lento ou rápido, seguro ou perigoso, isto é devido, porque o homem mesmo estando sozinho ao deslocar-se, segue regras da física como a inércia e energia potencial que num espaço geográfico e seus acidentes e obstáculos pode causar-lhe dano. O risco de acidente aumenta quando percebemos que o homem não está sozinho neste ambiente de movimentos, encontramos aí os elementos do trânsito, homem, veículo, via.

PRÉ-HISTÓRIA – PALEOLÍTICO (600.000 a.C. a 10.000 a.C.)

O homem ainda não domina a produção de alimentos, não há classe social, não há governo, vive em pequenos grupos, não se fixa num espaço geográfico predominando o nomadismo, a economia é coletora em que o homem dependia da caça, pesca e da coleta. Surgem os primeiros instrumentos feitos de ossos, chifres, madeira e lascas de pedra. O homem domina o fogo. Não há estradas, não há carro, mas há homem e animais que se movimentam num espaço geográfico que se pode dizer que neste contexto exercem um “trânsito primitivo”.

No início o homem (elemento principal do trânsito) deslocava-se caminhando ou correndo (primeira forma de deslocar-se no trânsito), no meio do mato ou num descampado (“via”, espaço geográfico), caçava (aqui entra outro elemento do trânsito que são os animais, que podem estar isolados ou em grupos, conduzidos ou não), carregava a caça e seus pertences nas costas (operação de carga e descarga). Nesta forma primitiva de trânsito não há regras, embora tenha

que observar por onde andar, como andar, desviar, quando há desnível, obstáculo no terreno, animais, outras pessoas também em deslocamento e que se cruzem. A simples queda de uma pessoa da própria altura pode causar uma fratura. Neste período da história o homem é nômade, não se fixa num local, vive em constante deslocamento, o homem é caçador e coletor.

PRÉ-HISTÓRIA – NEOLÍTICO (10.000 a.C. a 4.000 a.C.)

Com o passar do tempo, o homem torna-se um ser sedentário, pois de coletor passa a ser produtor e para produzir necessita fixar-se num local. O homem passa a dominar o meio ambiente, aprende a domesticar os animais, aprende técnicas de agricultura de plantio, inventa a RODA, cerâmica, fiação tecelagem. Com a invenção da roda e a domesticação dos animais (cavalo, burro, boi, cachorro, porco, galinha) possibilita a mudança nos transportes e a produção de alimentos, além de um grande crescimento demográfico. O deslocamento do homem torna-se mais rápido e menos cansativo quando começa a andar a cavalo percorrendo longas distâncias em menos tempo. O cavalo, burro, boi, também possibilita que o homem conduza maior quantidade de mercadoria sem fazer esforço. O trânsito do homem, agora se faz também montado em animais, usando os animais como transporte de carga. Surgem as vilas e este deslocamento se faz necessário para levar e trazer mercadorias, ir e voltar pessoas.

Na modernidade e atualmente, a partir da invenção da energia elétrica e do motor de combustão interna o trânsito tornou-se cada vez mais complexo, a população aumentou a ponto de ocorrer uma disputa pelo espaço geográfico em relação ao seu deslocamento, como é o caso dos centros urbanos. Pessoas, veículos e animais disputam o mesmo espaço que se não for ordenado torna-se um caos ocasionando acidentes, lesões, mortes.

CAPÍTULO VI

DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Art. 74. A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

Se a educação para o trânsito é direito de todos, o público da EJA deve ser contemplado com disciplinas de educação para o trânsito.

Se o trânsito é a utilização das vias por pessoas, veículos e animais ele não é individual e sim coletivo. E sendo coletivo necessita de regras sociais para o bom funcionamento, pois envolve movimento, condução, parada, estacionamento, risco de vida. Essas regras sociais de trânsito devem ser ensinadas e respeitadas e o local apropriado para ensinar trânsito é a escola. Ocorre que a maioria das escolas não ensina sobre trânsito e a minoria, quando ensina, o faz de uma forma rápida e superficial em épocas de campanha de educação para o trânsito promovido pelo governo.

As pessoas por vivenciarem a praticidade do trânsito diariamente acreditam que a sua maneira estão contribuindo para um trânsito seguro. A pessoa só vai, muitas vezes, tomar consciência dos seus atos quando é tarde demais, quando perder um parente ou amigo num acidente que a causa foi sua por estar embriagado ou por imprimir excesso de velocidade ou por ultrapassar em local proibido. Se eu não respeitar as regras, achar que não vai dar nada é como girar o tambor do revolver com uma bala apontar para a cabeça e puxar o gatilho. Numa rodovia há uma fila de carros e eu estou com pressa ou não me agüento nessa morosidade, tem uma distância razoável, não vem ninguém no sentido contrário e eu por negligência, imperícia e imprudência me ponho na contramão para ultrapassar cinco, seis carros de uma vez, e lá na frente numa curva surge outro veículo e não tendo para onde ir “bato” de frente e tiro a vida de pessoas inocentes, sem culpa, que vinham respeitando as regras de trânsito, na sua mão de direção, numa velocidade compatível com a via, usando o cinto de segurança, porém numa fração de segundos surge na curva um veículo na contramão impossibilitando qualquer reação ocasionando o acidente.

Noutra situação o pedestre, na via urbana, ao atravessar a rua ou no corredor do ônibus, olha para um lado e por desatenção não olha para o outro lado da via e põe-se a atravessar e é

atropelado pelo carro ou pelo ônibus no corredor. Faltou internalizar no seu subconsciente a regra de circulação de onde e como atravessar a rua e estar atento neste momento.

São exemplos do que pode ocorrer com as pessoas ao não respeitarem as regras de trânsito. Esse desrespeito, que muitas vezes se dá, por falta de conhecimento, por falta de educação para o trânsito. Conhecer as regras de trânsito não quer dizer que vão ser respeitadas, mas o desconhecimento das regras de trânsito tornam-se mais vulneráveis os acidentes.

Art. 76. A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo único. Para a finalidade prevista neste artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do CONTRAN e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:

I - a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;

Não é essa a realidade nas escolas, não se tem um currículo, uma disciplina de educação para o trânsito. A educação para o trânsito nas escolas, quando ocorre, é através de temas transversais (locais) em certos períodos do ano letivo quando há campanhas de educação para o trânsito. O professor então fala sobre o tema ou o que geralmente acontece, a direção da escola através de palestras, traz pessoas especializadas para falar sobre o tema como policiais militares, agentes de fiscalização de trânsito da EPTC, instrutores de Centro de Formação de Condutores (CFC).

II - a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;

Estou concluindo o curso de Pedagogia na UFRGS e durante todo o curso não tive nenhuma cadeira de trânsito. Não consta no currículo disciplina de educação para o trânsito. O professor, no município de Porto Alegre, que queira se instruir para dar aula de trânsito no colégio terá que

buscar curso especializado como o promovido pela EPTC (Empresa pública de transporte e circulação): curso de capacitação para multiplicadores de educação para o trânsito

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal de 1988, não fala especificamente sobre conteúdos disciplinares às escolas e sim uma afirmação de que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família visando o pleno desenvolvimento da pessoa preparando-a para o exercício da cidadania e o exercício para o trabalho. Estabelece que serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental e que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação.

LEI N 9.394, DE 20/12/1996 - LDB

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da educação nacional nos diz em seu artigo primeiro que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Neste contexto a educação se dá, de uma forma geral, em todos os momentos de nossas vidas, seja na família, na escola, no trabalho, nos grupos sociais, nas instituições, estamos sempre aprendendo.

No capítulo dois, da LDB, consta que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, e que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Neste contexto, a educação tem início nos primeiros anos de vida, na família e posteriormente na instituição Escola, ou seja, a Escola deve ser uma extensão da educação familiar onde Escola e famílias em conjunto preparam o educando em seu pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

O currículo, segundo a LDB, deve abranger, se constitui de língua portuguesa, matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil, uma língua estrangeira moderna, artes, educação física, História do Brasil, História e Cultura Afro-Brasileira, e que o educando ao final do ensino médio demonstre: domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna, conhecimento das formas

contemporâneas de linguagem, domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania. A LDB em nenhum momento estipula educação para o trânsito nas escolas.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE

O Plano Nacional de Educação criado pela Lei N. 10.172 de 09/01/2001, não fala especificamente sobre currículo e sim sobre as diretrizes educacionais voltada ao currículo para um período de dez anos, e que tem como objetivos e prioridades: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis; democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do plano político da escola.

PLANO CURRICULAR NACIONAL – PCN

O Plano Curricular Nacional estipula que no currículo da educação básica sejam vistos as disciplinas de Artes, Ciências Naturais, Educação física, Geografia, História, Matemática, Língua Portuguesa, Temas Transversais (Ética, Orientação sexual, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação sexual).

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Estadual de Educação que foi criado com o objetivo de orientar a política educacional do Estado estabeleceu recentemente normas, e que passam a valer no Rio Grande do Sul de incluir no currículo das 995 escolas de ensino médio da rede estadual as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Língua Espanhola, bem como atender a educação especial no ensino regular. Em relação a educação especial, passa a fazer parte do currículo da formação do professor o ensino de libras. Para o Ensino Médio, bem como na Universidade, surge a criação do ensino à distância onde o público da EJA seria o principal foco. Também estabelece o parecer que aconselha as escolas a adotar o nome social transexuais e travestis para tratar as questões das diferenças. Por falta de professores e investimento do Estado, neste ano de 2010, a nova política educacional não chegou à sala de aula. Observe que a nova política educacional do Rio Grande do Sul não trata da “nova” educação para o trânsito nas escolas.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação – SMED tem como proposta pedagógica nas Escolas do ensino fundamental no município de Porto Alegre, em três ciclos na faixa etária de seis a quatorze anos de idade, as seguintes áreas de conhecimento: Língua Portuguesa e Literatura, Língua Estrangeira (Francês, Espanhol ou Inglês), Educação Física e Artes (Música, Artes Plásticas, Dança e Teatro), Ciências – Ciências Físicas (Química e Biologia), Ciências Socio-Históricas (História, Geografia e Filosofia), Pensamento Lógico-Matemático – Matemática.

EJA EM PORTO ALEGRE

A Educação de Jovens e Adultos – EJA em Porto Alegre teve seu início no ano de 1989, através do Serviço de Educação de Jovens e Adultos, criado com base no Art.208 da Constituição Federal de 1988, que institui o ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Legitimando, assim, o direito a educação pública e gratuita a uma parcela da população até então marginalizada.

A EJA funcionará à noite nas 35 Escolas da rede municipal de Porto Alegre. O Centro Municipal de Educação do Trabalhador (CMET) Paulo Freire oferece EJA nos três turnos. O público da EJA são todas aquelas pessoas a partir de 15 anos que não tiveram oportunidade de concluir a educação básica em idade própria. Tem por objetivo a reflexão sobre a cidadania proporcionando a formação de um cidadão crítico e consciente de seus direitos e deveres, capaz de transformar a realidade. O currículo está organizado de forma a apropriação dos códigos alfabéticos, numéricos, nas totalidades iniciais e que nas totalidades finais o educando se aproprie de uma formação intelectual integral nas diferentes áreas possibilitando a construção de conhecimentos através da formação de hipóteses e da solução de problemas.

TESES, DISSERTAÇÕES, ARTIGOS

Foi pesquisado educação para o trânsito nas escolas na internet no site do Domínio Público Banco de Teses da CAPE e não foi encontrado o referido assunto em específico. O que foi encontrado foram sete itens falando sobre trânsito em nível de obtenção da CNH ou renovação desta no já referido site Domínio Público da biblioteca digital do governo federal.

PLANO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTEIO

A Prefeitura Municipal de Esteio, RS, iniciou em 2005 a elaboração do Plano Municipal de Educação de Esteio constituído por uma Equipe Técnica, composta por representantes da Secretaria da Educação, do Conselho Municipal de Educação, da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores e da Sociedade Civil. Foram vários encontros e debates e em 23/11/2006 através da Lei Municipal nº 4.237 foi instituído o Plano Municipal de Educação de Esteio, para o período de 2006 a 2015.

Esteio tem uma população de 87.087 habitantes, segundo ultimo Censo do IBGE. A rede escolar é composta de 07 escolas particulares, 12 escolas estaduais, 17 escolas municipais de ensino fundamental, 04 escolas municipais de educação infantil, 29 escolas particulares de educação infantil e 01 Centro Municipal de Educação Inclusiva. A rede municipal possui ensino fundamental no turno da noite na modalidade EJA em 08 escolas, com 1644 alunos (dados do ano de 2006).

O Plano Municipal de Educação de Esteio, elaborado em conjunto com a Prefeitura, está copilado em um livro de 203 páginas com metas, objetivos, ações a serem desenvolvidas na rede municipal de ensino até o ano de 2012. Em nenhum momento fala-se a questão da educação para o trânsito nas escolas, nem a nível curricular, nem em nível de tema transversal. Apenas a educação ambiental está retratada como meta a ser atingido como tema transversal no capítulo relativo ao ensino médio:

A educação ambiental, tratada como tema transversal, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com a Lei nº 9.795/99”(pg.95).

Na página 104, é abordado como meta dar atenção a assuntos relativo a tema transversal na formação de professores, sem novamente abordar ou ser explícito relativo a educação de trânsito nas escolas:

Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais (p. 104).

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO EM SABARÁ MINAS GERAIS

Através de uma tese de mestrado de João Pedro Martins, que transformou-se no livro “A Educação de Trânsito campanhas educativas nas escolas” no município de Sabará no Estado de Minas Gerais tem-se aí um projeto de educação de trânsito nas escolas de nível médio e fundamental, públicas e privadas.

João Pedro Martins, diretor do Centro de Formação de Condutores de Sabará, promoveu o Primeiro Encontro de Educação de Trânsito de Sabará nos dias 22 e 23 de novembro de 2002 que mobilizou a comunidade, todo o setor escolar (51 escolas sendo: 24 municipais, 16 estaduais e 11 particulares) e setor de trânsito da cidade em parceria com a Prefeitura de Sabará, Secretaria Municipal de Educação, Centro de Formação de Condutores de Sabará, Polícia Militar de Minas Gerais, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Centro Clínico Psicológico Crescer, Departamento de Educação de Trânsito do Estado de Minas Gerais, 30ª Delegacia Seccional de Polícia Metropolitana da Comarca de Sabará.

O trabalho de conscientização de destacar para o corpo docente e discente escolar e toda a população a importância do conhecimento e do compromisso quanto às normas de trânsito, de formar uma nova consciência quanto à postura do cidadão ante as normas de trânsito ocorreu com palestras em praça pública e em todas as escolas do município por autoridades, professores e voluntários instrutores do Centro de Formação de Condutores de Sabará nos dias do evento. Ficou estabelecido um curso de Capacitação de Educadores de Trânsito com carga horária de 40 horas bem como a proposta da educação para o trânsito entrar nas escolas como tema transversal.

Cabe salientar que um questionário foi distribuído em pontos estratégicos da cidade e segue apresentado amostragem de resposta obtido em três escolas de uma pergunta relativo a educação de trânsito nas escolas: Em que lugar você já escutou sobre as leis de trânsito? Na Escola? Em casa? Na televisão? Observa-se um número um pouco mais significativo de alunos (27,5%), em relação a outras duas escolas (10% e 15%), escutou falar de trânsito na escola. Os alunos das escolas A, B e C tomam conhecimento do assunto mais em casa (87,5%, 82,5% e 77,5%), acompanhando-se, nessas mesmas condições, à escuta em televisão (70%, 60% e 65%), o que vem a confirmar que é imprescindível levar a educação de trânsito às escolas, pois segundo a pesquisa, o local onde o aluno menos tem/vê educação para o trânsito é na escola.

CURRÍCULO

Currículo, de uma forma geral, são conteúdos que devem ser ensinados, transmitidos, informados para a sociedade na instituição chamada Escola. O currículo também é o resultado de uma seleção de conteúdos num universo mais amplo de conhecimento. Essa seleção, atende a demanda da sociedade atual, quando se pergunta: Qual conhecimento deve ser ensinado? Qual conhecimento ou saber é considerado importante ou válido ou essencial para merecer ser considerado parte do currículo? O currículo é modificado, acrescentado, suprimido, os seus conteúdos que farão parte das disciplinas, segundo a época, correntes teóricas, interesses?

No Brasil, o modelo de Escola que se apresenta é o modelo de Revolução Industrial, que designa um conjunto de transformações técnicas e econômicas que teve início no século XVIII na Inglaterra e que se expandiu nos países da Europa, Estados Unidos e Japão durante o século XIX onde através da ciência, o homem criou meios de produção e tecnologia. Essa tecnologia atende as necessidades do homem principalmente o consumismo em épocas de capitalismo. Para dar conta, de produção e consumo, se faz necessária mão de obra com um mínimo de qualificação. Diante dessa necessidade, se implanta no Brasil, a partir do século XX, um modelo estadunidense de escola voltado para o mercado de trabalho. As disciplinas clássicas do currículo como: Português, Matemática, Química, Física tem ênfase neste novo modelo de educação de preparar o aluno para o mercado de trabalho. O currículo se torna um processo industrial e administrativo com o objetivo de atender a demanda das fábricas.

O ensino, na Brasil, ainda hoje, tem sua maior importância na produção industrial para atender os interesses da classe dominante que controla essa economia. Controla o currículo, o que deve ser ensinado, para que as massas tenham o conhecimento necessário para a obediência e produção. As condições sociais do século XXI devem ser repensadas e novos conteúdos devem integrar o currículo em benefício, no caso do Trânsito, a preservação da vida. Um conteúdo que se faz necessário estar no currículo escolar da atualidade é a educação para o trânsito nas escolas pelo simples fato de o trânsito estar cada vez mais complexo e essa complexidade sem um maior aprendizado, estudo de como se portar neste contexto acaba diariamente ceifando vidas inocentes. O trânsito ao fazer suas vítimas não escolhe sexo, raça, idade, classe social.

De acordo com Paulo Freire o currículo pode e deve ser reformulado para dar conta da realidade no contexto atual que se apresenta:

A reformulação do currículo é sempre um processo político-pedagógico e, para nós, substantivamente democrático. (FREIRE, 2006, P. 24)

TEMAS TRANSVERSAIS

Os temas transversais são conteúdos educativos que não fazem parte das disciplinas clássicas curriculares, mas devido a sua importância e dada a necessidade de sua internalização para um melhor convívio social se faz necessário ser visto em sala de aula. Os temas transversais vem para atender certos assuntos da atualidade que se faz necessário ser divulgado para a comunidade escolar e que não consta no currículo. São temas como ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde e orientação sexual, que geralmente agregam-se às disciplinas curriculares, ou podem ser vistos como projetos. Nesse sentido um tema atual que não está contemplado como tema transversal, muito menos como curricular e que se deve dar uma atenção especial é a questão do trânsito, da educação para o trânsito nas escolas.

Os temas transversais não são vistos como uma nova disciplina curricular, nem como um eixo paralelo ao currículo, mas sim como a própria palavra designa, são transversais ao currículo. O tema transversal é agregado às disciplinas curriculares, onde cada professor na sua área: Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, etc, trata do assunto transversal relacionando-o, trabalhando-o em conjunto com os conteúdos de sua disciplina. O professor para abordar o tema transversal em sua disciplina deve dominar o assunto para não recair no erro de vê-lo de uma forma superficial deixando de transmitir assuntos, conceitos importantes ou muitas vezes, por desconhecimento ensinar errado. O professor pode, muitas vezes, ter boa vontade, elaborar através de recursos didáticos uma aula interessante agregando o tema transversal, mas deve ter o cuidado no seu saber, pois o tema transversal é um assunto que geralmente se vive na prática

diariamente e como tal, como no “futebol”, todos são sabedores, todas sabem ensinar. Os temas transversais não devem cair de pára-quadras no colégio, devem ser planejados e preparados. Os professores devem ser treinados, preparados, aprenderem o assunto que diz respeito ao tema transversal em questão, para a partir de então estarem habilitados a dar uma aula de qualidade.

O Ministério da Educação e Cultura junto a Secretaria de Educação Fundamental de Brasília, no ano de 1997, apresenta os Temas Transversais inclusos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O documento informa que a educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e reflexão dos alunos. Que o trabalho com temas sociais na escola, por tratar de conhecimentos diretamente vinculados à realidade, deve estar aberto à assimilação de mudanças apresentadas por essa realidade. As mudanças sociais e os problemas que surgem pedem uma atenção especial para estar sempre interagindo com eles sem ocultá-los. Assim, em função das urgências que a sociedade brasileira apresenta, e que possam ser vistas como um todo, em todas as regiões, foram escolhido os seguintes temas transversais: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual. Os critérios adotados para eleição dos temas transversais que se apresenta foram: urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, favorecer a compreensão da realidade e a participação social.

O documento também informa que dadas as grandes dimensões do Brasil e as diversas realidades que o compõem, é inevitável que determinadas questões sociais ganhem importância maior em uma região e que dada essa importância local, possam ser vistos como Temas Locais. Segundo o documento, os Temas Locais são temas de interesse específico de uma determinada realidade a serem definidos no âmbito do Estado, da cidade e/ou da escola. O documento segue informando que, tomando-se como exemplo o caso do trânsito, vê-se que, embora esse seja um problema que atinge uma parcela significativa da população, é um tema que ganha significação principalmente nos “centros urbanos”, onde o trânsito tem sido fonte de intrincadas questões de natureza extremamente diversa. Pense-se, por exemplo, no direito ao transporte associado à qualidade de vida e à qualidade do meio ambiente, ou o desrespeito às regras de trânsito e a segurança de motoristas e pedestres (o trânsito brasileiro é um dos que, no mundo, causa maior número de mortes). Assim, visto de forma ampla, o tema trânsito remete à reflexão sobre as características de modos de vida e relações sociais.

A educação para o trânsito nas escolas não está contemplada no currículo, não está contemplada nos PCNs como Tema Transversal na sua urgência e sim como um Tema Local. Sendo assim, a escola não vê educação para o trânsito, os professores não dominam o assunto trânsito, nem tem formação para tal, sendo assim, para dar conta, a direção escolar promove em algum período do ano, palestras, seminários, ministrados por pessoas profissionais da área, como a Brigada Militar, a EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação) em Porto Alegre, e a Fundação Tiago Gonzaga também do município de Porto Alegre.

Cabe salientar que, a Educação para o Trânsito nas Escolas que é objeto deste estudo, devido a sua complexidade cada vez mais presente e que diariamente ceifa vidas de pessoas de todas as classes sociais, deveria, como está previsto no CTB (Código de Trânsito Brasileiro), estar contemplado como disciplina curricular escolar em todos os níveis, em todas as séries, e o que se vê é que a questão trânsito não chega nas escolas nem como tema transversal.

METODOLOGIA QUALITATIVA DE PESQUISA

A metodologia empregada no trabalho que se apresenta é a metodologia qualitativa de pesquisa que significa fazer ciências no âmbito dos métodos e técnicas qualitativas da sociologia. De acordo com Paulo Meksenas a metodologia qualitativa de pesquisa é a ramificação dos métodos em pesquisa empírica:

Tal definição refere-se ao *método do empirismo*, que constitui um *estilo de pensamento*: determinada forma de conceber a realidade, os fenômenos e as relações sociais. Aprendemos que sua maior característica é atribuir à *sensação* e à *experiência* os meios que possibilitam ao ser humano elaborar o conhecimento. (MEKSENAS, p. 109).

O empirismo provém do conhecimento proveniente da experiência e de acordo com a experiência que se apresenta que na minha pesquisa tem haver com a realidade social que é o trânsito e ao investigar se está havendo educação para o trânsito nas escolas o modo mais apropriado de abordagem e investigação empírica é o estudo de caso:

O *estudo de caso* é definido como um método de pesquisa empírica que conduz a uma análise compreensiva de uma unidade social significativa. (MEKSENAS, P. 118).

Essa análise compreensiva de uma unidade social significativa que no meu caso é uma escola de EJA do município de Porto Alegre, o estudo de caso é um estudo de explanação interpretativa onde o pesquisador procura explicar a realidade, o fenômeno ou a relação social.

No estudo de caso, o procedimento para obtenção dos dados referentes à unidade sob pesquisa é, convencionalmente, qualitativo. Entende-se por *dados qualitativos* aqueles obtidos pelas mais variadas fontes: 1) *entrevistas dirigidas* – com roteiro de temas, questões e assuntos sobre os quais o entrevistado responde, um a um; [...]. (MEKSENAS, P. 121).

Através dos dados qualitativos: três turmas (T1, T2, T3), três professores (um de cada turma), nove alunos (Três de cada turma) e por fim o coordenador pedagógico de uma escola de EJA do município de Porto Alegre, busquei através de entrevistas dirigidas explicar a realidade, partindo de um particular que pode ser generalizado, se a educação para o trânsito está contemplada nas escolas.

[...] e o reconhecimento de que todo conhecimento sociológico tem, como fundamento, um compromisso com valores. A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. (MARTINS, p.289).

Dos Métodos e Técnicas de Pesquisa, a metodologia qualitativa de pesquisa é uma das maneiras de se fazer ciência, no âmbito das Ciências Sociais e Sociologia. Parte de métodos de investigação, ou seja, processos pelos quais a realidade é investigada para chegar ao método lógico, isto é, os processos de formação das inferências e de explicação da realidade, chamado de métodos de interpretação.

A investigação, no método qualitativo, tem como objeto de estudo o ser humano. Partindo de uma visão de ótica particular para um todo na investigação dos fenômenos sociais. A possibilidade de diálogo entre o pesquisador e o pesquisado é algo que não pode ser reproduzido em laboratório e submetido a controle o que faz a diferença entre uma pesquisa/objeto, sem interação, nas ciências naturais, para uma pesquisa/objeto com interação entre o pesquisador e o pesquisado que compartilham de um mesmo universo de experiências humanas.

O pesquisador social parte do princípio de uma realidade social onde a demanda de suas inter-relações e necessidades não estão andando de uma forma homogênea, aceitável, ou pelo menos é entendido dessa forma. Neste sentido o sociólogo-pesquisador está preocupado com o bem comum e através de suas pesquisas e reflexões busca o entendimento do quadro social que

se apresenta, e que ele, muitas vezes, se inclui, faz parte do processo, para com isto apontar a realidade e propor uma solução. O pesquisador social não é neutro, tem seus interesses, mas temos que levar em conta que esses seus interesses, muitas vezes, por fazer parte do mesmo contexto, também são interesses de todos, que fazem parte da mesma realidade, que tem as mesmas necessidades. Um problema social tem que se levar em conta, que apesar de afetar a todos, nem todos querem soluções, por vários interesses, até o momento em que são vítimas do próprio sistema. É o caso do Trânsito seguro que é direito de todos e de interesse de todos, ou deveria ser, isto é, por interesse econômico, alguma parcela da população está lucrando com o trânsito inseguro, como por exemplo, as seguradoras, quanto mais inseguro o trânsito, mais seguros de carros. Por outro lado acredito que os acidentes de trânsito podem ser reduzidos, não extinguidos, neste caso, se faz necessário existir as seguradoras, até porque as seguradoras não lidam somente com acidentes materiais, ma também com óbito, invalidez, furto, roubo. Neste momento o pesquisador/sociólogo tem que ser “neutro” e com ética apontar a realidade que se apresenta para que a sociedade tome consciência de seu papel como cidadão, na busca de soluções a um melhor convívio social. Neste caso não é difícil, por fazer parte do mesmo processo, o pesquisador ser neutro na pesquisa qualitativa relativo a educação para o trânsito, pois ele pode, a qualquer momento, ser mais uma vítima de trânsito. O ponto principal no que se refere especificamente à metodologia qualitativa, é que com ela, a pesquisa depende, fundamentalmente, da competência teórica e metodológica do cientista social. Trata-se de um trabalho que só pode ser realizado com o uso da intuição, da imaginação e da experiência do sociólogo.

[...] o cientista social não deve esquecer que a relação que se estabelece entre o observador e o observado é uma relação social e política. [...] não nos transformemos em militantes de uma causa ou de um movimento, que olham e procuram entender a realidade não como ela é, mas como gostaríamos que ela fosse. Esse tipo de conhecimento é expressão da ideologia e não da ciência.(MARTINS, p. 296).

Pergunta-se: a quem interessa o seu trabalho? Para quem trabalha? Por que está desenvolvendo determinado projeto de pesquisa? Quais as implicações de seu trabalho?

Hoje o mais importante é produzir um conhecimento além de útil, explicitamente orientado por um projeto ético visando a solidariedade, a harmonia e a criatividade, num comprometimento com o destino da humanidade.

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NAS ESCOLAS: DUAS ATIVIDADES PEDAGÓGICA.

PRIMEIRA ATIVIDADE PEDAGÓGICA: AS CRIANÇAS

Preocupado com as questões de trânsito: por perder familiar vítima de acidente de trânsito, por ter sido militar do Exército como mecânico, por ter sido policial militar, por ter sido profissional no trânsito como motorista de caminhão e transporte coletivo urbano, por ter me envolvido em acidente de trânsito, por ter o curso de instrutor prático e teórico para Centro de Formação de Condutores, por atualmente ser agente de fiscalização de trânsito no município de Porto Alegre e por estar concluindo o curso de Pedagogia na UFRGS me sinto responsável como educador da sociedade em busca de um trânsito seguro.

Em 1987 minha mãe veio a falecer em consequência de um acidente de trânsito, eu estava com 18 anos de idade entrando para o Exército. A Lei Nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 instituiu o Código de Trânsito Brasileiro. Em 22 de outubro de 1999, eu concluí o curso de formação de instrutor teórico/prático para centro de formação de condutores, realizado na Fundação Irmão José Otão Centro de Preparação de Recursos Humanos Pró-Reitoria de Extensão – PUCRS. No ano de 2002, eu trabalhava como motorista de transporte coletivo urbano na empresa Belém Novo em Porto Alegre, no segundo semestre deste mesmo ano me voluntariei para dar aula de trânsito para as séries iniciais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, localizada na Travessa Morro Alto, 433, Ipanema, Porto Alegre.

Dava início à aula perguntando para as crianças o que era trânsito e quem fazia parte do trânsito e elas respondiam que era o carro, automóvel, caminhão, moto, ônibus. Quando eu perguntava: as pessoas fazem parte do trânsito? Respondiam-me que não. Quando eu perguntava: o cachorro, o cavalo, faz parte do trânsito? Em coro, também me respondiam que não faziam parte do trânsito. Para elas, o trânsito era composto apenas pelos carros e não pelos três elementos do trânsito veículo, pessoas e animais. Neste momento eu usava o recurso didático de contar histórias com o objetivo de fazer entender os elementos do trânsito e sua complexidade de via, regras de circulação ao atravessar a rua, na faixa de pedestres, de andar na calçada, cuidado, atenção.

A história, eu desenvolvia dessa forma: Quando criança na idade de vocês, eu morava noutra cidade onde o trânsito era mais calmo. Eu tinha um cachorro que se chamava Toquinho, a cor do

pêlo era preta e no peito amarelo, nós éramos muito amigos. O colégio que eu estudava localizava-se próximo de casa no mesmo bairro e devido essa proximidade não precisava pegar ônibus, eu ia caminhando até o colégio. Só que eu não ia sozinho para o colégio, o Toquinho ia também. Todos os dias pela manhã o Toquinho era o primeiro a levantar, latia, abanava o rabo, pronto para irmos juntos ao colégio, e lá se íamos estrada a fora. O Toquinho ia pela rua na frente latindo, abanando o rabo, indicando o caminho até o colégio. Quando no trajeto via um poste chegava até ele, cheirava, levantava a perna e fazia xixi, quando via um gato, não tinha dúvida, corria atrás do gato latindo fazendo-o subir na árvore mais próxima para escapar da mordida. Quando chegávamos ao colégio, eu entrava para a sala de aula e o Toquinho ficava na frente deitado na calçada me esperando para voltarmos para casa. Assim era a minha rotina escolar. Mas um dia as coisas mudaram. Um dia ao sair do colégio o Toquinho quando me avistou ficou muito faceiro, latia, abanava o rabo, corria, e nessa euforia correu distraidamente para atravessar a rua e um carro lhe atropelou, não resistiu aos ferimentos e acabou morrendo no local do acidente. Chorei muito e perguntava por que você foi distraído? Porque não olhou para os dois lados da rua se não vinha carro para poder atravessar com segurança? Perguntas em vão, pois acabava de perder meu amigo, companheiro de irmos juntos para o colégio. A partir desse dia passei a ir sozinho para o colégio, pois o Toquinho não existe mais. Levo na lembrança os momentos felizes junto do meu cachorro.

Num segundo momento, usando o quadro negro faço desenhos com giz colorido para explicar as regras de circulação para pedestres, onde andar, como andar, onde atravessar a rua, como atravessar a rua, atravessar a rua onde tem a faixa de pedestre, onde não tem a faixa de pedestre, identificar as cores dos semáforos para veículo e para pedestres e qual sua utilidade, como pegar o ônibus coletivo urbano, como se portar dentro do ônibus, porque a importância de se segurar dentro do ônibus, como fazer para dar o sinal para descer do ônibus, qual o momento certo de dar o sinal para descer, como descer com segurança.

Noutro momento toco violão com músicas relativas ao trânsito como: “motorista, olha o poste, não é de borracha, faz dodói”. Peço para os alunos fazerem desenhos representativos do trânsito. Pode-se também, como recurso didático, passar desenhos como o do Pateta no Trânsito, entre outros.

Essa experiência foi reveladora de como as crianças estão frágeis em relação ao trânsito e que a escola pode de uma forma lúdica, alegre, mostrar o caminho certo a seguir. Mostrar que

estamos mergulhados no trânsito e para sobreviver temos que aprender a nadar e aos poucos a escola nos mostra como dar as primeiras braçadas, os primeiros movimentos de pernas, a controlar a respiração e logo a criança internaliza esses conceitos e sai nadando num trânsito transparente e não ensangüentado. Foi um compromisso social gratificante, o professor ensina ao mesmo tempo aprende com as crianças. Saber que na função de professor se cumpriu mais uma etapa e que indícios apontam a necessidade de aulas de trânsito nos colégios, com professores preparados, habilitados.

Esse foi o primeiro passo na tomada de decisão em fazer o curso de Pedagogia, o que me habilitou no ano de 2005 ingressar na UFRGS. Hoje estou me formando e me habilitando a dar aula para educação infantil, séries iniciais e para EJA, ao mesmo tempo que me considero habilitado também para dar aula de trânsito, pela experiência profissional como motorista e agora agente de trânsito e pelos estudos e cursos realizados relativo a legislação de trânsito e educador.

SEGUNDA ATIVIDADE PEDAGÓGICA: OS ADULTOS – EJA

No sétimo semestre do curso de Pedagogia no Estágio de Docência: Educação de Jovens e Adultos que ocorreu de nove de março a dezenove de junho de 2009, com a turma T 3, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima, localizada na Rua A, nº 15, Bom Jesus, Porto Alegre, realizei uma aula de educação para o trânsito.

Cabe salientar que, de acordo com suas falas, os alunos da EJA, alguns estão em sala de aula pela primeira vez, pois nunca estudaram, outros voltaram a estudar depois de um longo período. O motivo para estarem em sala de aula, de uma forma geral, é para garantir o emprego, mudar de emprego, arrumar emprego. Os relatos dos alunos da EJA esclarecem que alguns nunca estudaram, outros iniciaram os estudos e se “evadiram” da escola, porque tiveram que trabalhar e hoje os que nunca estudaram estão pela primeira vez e os que haviam parado de estudar, voltam a estudar por exigência do trabalho, e que se não fosse por motivo do mercado de trabalho, a exigência do estudo, provavelmente não voltariam a estudar.

Não voltam a estudar porque foram expulsos da escola:

Em primeiro lugar, eu gostaria de recusar o conceito de *evasão*. As crianças populares brasileiras não se evadem da escola, não a deixam porque querem. As crianças populares brasileiras são *expulsas* da escola – não, obviamente, porque esta ou aquela professora, por uma

questão de pura antipatia pessoal, expulse estes ou aqueles alunos ou os reprove. É a estrutura mesma da sociedade que cria uma série de impasses e de dificuldades, uns em solidariedade com os outros, de que resultam obstáculos enormes para as crianças populares não só chegarem à escola, mas também, quando chegam, nela ficarem o percurso a que têm direito. (FREIRE, 2006, p. 35)

O ambiente escolar, a meu ver, não é somente um local para transmitir conteúdos disciplinares, é também um local de convivências, e sendo assim, aqueles alunos da EJA que vem à escola “garantir o emprego”, encontram no espaço escolar um ambiente de socialização e a recuperação de um tempo perdido, ou seja, encontrar no espaço/tempo da escola a possibilidade de re/escrever histórias.

Quando eu dei aula de trânsito, pela primeira vez, para o público EJA, parti da minha realidade em busca, como diz Paulo Freire, dos temas geradores, da realidade dos alunos, para a partir de uma investigação de saberes elaborar um plano de aula condizente com suas realidades. Usei como recurso didático o diálogo, quadro negro e giz e partindo do princípio de conceitos e regras de trânsito, pude perceber, que o público adulto, diferentemente das crianças já sabe, na prática, o conceito de trânsito, já conhecem os elementos do trânsito (pessoas, veículos e animais), conhecem na prática as regras de circulação para pedestres. Desta forma pude perceber que a aula de educação para o trânsito para EJA, por envolver o público adulto, deve ser realizada diferente da do público infantil, de uma forma mais complexa, lembrando conceitos e atitudes no trânsito, desconstruindo conceitos e atitudes erradas no trânsito, debater com os alunos suas experiências no trânsito, trabalhar as questões de cidadania, relações interpessoais, entre outras.

PESQUISA COM EJA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM PORTO ALEGRE

No dia 26/04/2010, segunda-feira, no turno da noite, estive numa escola de EJA no município de Porto Alegre para através do Método de pesquisa empírico num estudo de caso de explanação interpretativa numa fonte de pesquisa qualitativa usando entrevistas dirigidas falar com o coordenador pedagógico, professores e alunos das turmas de EJA T1, T2, T3, se consta no Projeto Político Pedagógico da escola e se é ministrado para os alunos atividades de educação para o trânsito. O estudo de caso ocorreu através de uma entrevista oral com: o coordenador

pedagógico da EJA; três professores de EJA (das turmas T1, T2, T3); nove alunos de EJA (três de cada turma T1, T2, T3). As perguntas foram:

- Para o coordenador pedagógico: No seu colégio tem aula de trânsito? A educação para o trânsito na escola está contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola?
- Para os professores: Você dá aula de trânsito para seus alunos? Você tem algum curso de educador para o trânsito para a escola?
- Para os alunos: Você já teve aula de trânsito na escola? Você acha ser importante ter aula de trânsito na escola?

As respostas das perguntas foram:

- Coordenador pedagógico: No seu colégio tem aula de trânsito? Não. A educação para o trânsito na escola está contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola? Não está contemplada.
- Professores: Você dá aula de trânsito para seus alunos? Todos os professores responderam que não dão aula de trânsito para seus alunos. Você tem algum curso de educador para o trânsito para a escola? Todos os professores responderam que não têm nenhum curso de educador para o trânsito para a escola.
- Alunos: Você já teve aula de trânsito na escola? Todos os alunos responderam que nunca tiveram aula de trânsito na escola. Você acha ser importante ter aula de trânsito na escola? Todos os alunos responderam que seria importante terem aulas de trânsito na escola.

Resultado da pesquisa: O resultado da pesquisa aponta para as seguintes conclusões:

- A Educação para o trânsito não entra nas escolas porque esse tema não faz parte de uma disciplina curricular. E por não fazer parte de nenhum programa educacional, a educação para o trânsito não está contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola.
- A Educação para o trânsito não constando no Currículo, não constando nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), não constando no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola o professor não vai dar aula de trânsito, o professor não tem formação pedagógica em trânsito.
- A Educação para o trânsito não chega até os alunos na sala de aula porque o tema trânsito não é visto como prioridade para que se deva contemplar como uma disciplina curricular.

O coordenador pedagógico informou que no seu colégio não tem aula de educação para o trânsito, não consta nada relativo a trânsito no projeto político pedagógico da escola e que não tem nenhum professor habilitado para dar aula de trânsito. As razões por não darem aula de trânsito, segundo o coordenador pedagógico, é que trânsito por ser um tema local, e sendo assim,

o público EJA, é um público pobre e de exclusão social, não possuem carro, os seus deslocamentos são a pé, ou de carroça, ou de ônibus, não requerendo urgência na educação para o trânsito. A urgência para o público EJA da sua escola, bem como a grande maioria da população do bairro, segundo o coordenador pedagógico, tratando-se do assunto Trânsito, é a questão da extinção do trânsito de carroças pelas ruas da cidade do projeto do vereador Sebastião Melo aprovado pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre recentemente, pois grande parte do público escolar e residente no bairro depende do trabalho com carroças pelas ruas da cidade, coletando lixo para reciclagem onde tiram o sustento de suas famílias. A extinção ou permanência do trânsito de carroças nas ruas de Porto Alegre é uma questão política e social que deve ser dada atenção, ser discutido e apontado em outra pesquisa, pois não é o caso desta.

Falei com uma professora de Língua Portuguesa de EJA, prestes a se aposentar, e a mesma me informou que nunca deu aula de trânsito e nem poderia por não estar habilitada, preparada. Ao dialogar com as professoras das turmas de EJA T1, T2, T3, também da mesma forma me informaram que não dão aula de trânsito para seus alunos por não estarem habilitadas e porque não consta nas atividades curriculares da escola.

Estive nas salas de aula das turmas de EJA T1, T2, T3 para conversar com os alunos e os mesmos me informaram que nunca tiveram aula de trânsito no colégio. Foi constatado que ninguém tem Carteira Nacional de Habilitação: os mais jovens, menores de 18 anos, conforme a lei, não podem ainda tirar a CNH, os mais velhos por não ter condição financeira de ter um carro ou pagar a auto-escola. Alguns alunos informaram ainda, que num futuro próximo, pretendem tirar a CNH, como diz um senhor de 37 anos de idade, da turma T1: “estou aqui, justamente para isto, para aprender a ler e escrever para poder tirar a carteira e poder trabalhar de motorista”.

EPTC – ASSET – EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), do município de Porto Alegre, através de sua Assessoria de Educação para o Trânsito (ASSET), promoveu o 5º curso de Capacitação para Multiplicadores de Educação para o Trânsito, com carga horária de 24 horas que se realizou em seis encontros nos meses de maio e junho do ano de 2010 no auditório da 1ª CRE – Rua Sete de Setembro, nº 666, 9º andar em Porto Alegre.

Estavam presentes no primeiro dia de curso (06/05/2010), entre educadores e educandos, o Sr. Diretor de Trânsito Romão Capellari que afirma ser militante a 29 anos no trânsito e tem observado o comportamento das pessoas no trânsito, de como elas se transformam ao assumir a direção do veículo tornando um trânsito agressivo e perigoso. Afirma também que temos que fazer algo, através da educação para o trânsito, para mudar o comportamento das pessoas e que é lamentável saber que através do histórico do motorista infrator ele não muda. O Diretor da EPTC Romano Botin afirma que a sistemática do trânsito está alicerçada no tripé Educação – Engenharia – Fiscalização e que tem um projeto em andamento num convênio firmado com a PROCEMPA no intuito de capilarizar a educação para o trânsito nas escolas do município de Porto Alegre através de capacitação de professores. Fazer um trabalho que oriente e eduque, e citou como exemplo que nos dias de hoje, na capital gaúcha, a cada quatro dias morre um motociclista vítima de acidente de trânsito, o que não interessa a nenhum de nós, a comunidade, aos motoqueiros. O coordenador da ASSET José Nilson Padilha Bueno afirma que o objetivo é mobilizar os educadores para a importância da conscientização no trânsito, e incentivar a criação de multiplicadores da educação para o trânsito nos ensinos formal e informal.

Não se pode pensar em mudar a cara da escola, não se pode pensar em ajudar a escola a ir ficando séria, rigorosa, competente e alegre sem pensar na formação permanente da educadora. (FREIRE, 2006, p. 38).

O público alvo participante do curso foram educadores das redes de ensino públicas, privadas e educadores de espaços informais, ou seja, um curso aberto ao público em geral e gratuito. Participaram do curso 60 pessoas na sua maioria professores da rede estadual, municipal e particular. Participaram também agentes de fiscalização de trânsito, motorista da prefeitura, instrutores dos Centros de Formação de Condutores, o presidente do moto-club de Cachoeirinha.

O 5º curso de Capacitação para Multiplicadores de Educação para o Trânsito abordou os seguintes temas:

- Trânsito: Uma visão sócio-histórica;
- Trânsito: Uma abordagem transversal;
- Trânsito: Uma questão de saúde pública;
- Fatores cognitivos e motores que influenciam na tomada de decisões no trânsito.

O objetivo específico do curso foi:

- Motivar educadores para trabalhar com o tema trânsito como proposta transversal às diferentes áreas da educação;

A educação para o trânsito não está contemplada nas escolas como currículo, nem nos Parâmetros Curriculares Nacionais como prioridade. Desta forma, a EPTC, que é um órgão municipal do Sistema Nacional de Trânsito, e como tal, é responsável pela fiscalização e educação de trânsito a nível municipal, através da ASSET, elabora um projeto voltado para a sala de aula de educar para o trânsito através da transversalidade. Observe que, a questão trânsito não está contemplado como prioridade nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e que desta forma, a educação para o trânsito nas escolas surge como tema transversal justamente por este empenho da EPTC em preparar e dar suporte, sem custo algum, para professores e escolas interessadas em ensinar trânsito para seus alunos. Neste momento, a escola, o professor consciente da problemática do trânsito, vê uma luz no fundo do túnel, tem um suporte. A EPTC está fazendo a sua parte, agora precisa partir de nós professores, buscar esse suporte junto a EPTC, para com isto fazer alguma coisa para um melhor convívio entre as pessoas reduzindo assim os índices de acidentes de trânsito. A EPTC trabalha a questão de educação de trânsito de uma forma transversal e que esforços sejam feitos para trabalhar num futuro próximo a educação para o trânsito de uma forma curricular para que dessa forma possa atingir a comunidade escolar como um todo.

Uma das coisas gostosas no jogo democrático é que não basta você estar convencido do acerto de suas idéias e do acerto de sua prática. Você precisa demonstrá-lo e convencer os demais. Diria até que, em muitos casos, você precisa *converter*. (FREIRE, 2006, p. 74).

Durante o curso, foi pensado e elaborado projetos de educação de trânsito de forma transversal junto às disciplinas curriculares, de como o professor de Matemática, Português, História, Educação Física, etc., podem tratar as questões de trânsito junto com os conteúdos disciplinares. Para que isto ocorra, entra a EPTC, primeiramente realizando este curso de

capacitação para multiplicadores de educação para o trânsito, e num segundo momento dando suporte ao professor nos esclarecimentos, material didático, fonte de consulta, indo até o colégio e conjuntamente com professores e direção da escola contemplar um ensino adequado de trânsito para os alunos.

O curso de Capacitação para Multiplicadores de Educação para o Trânsito, já no segundo encontro, colheu resultados. Uma professora de educação infantil, para ensinar trânsito para seus alunos, partiu da idéia de reproduzir em tamanho menor o boneco Azulito. Azulito, criado pela ASSET, é um boneco que “tem vida”, movimenta-se, no momento em que uma pessoa entra nele. Na sua roupa tem na perna direita a sinalização de trânsito do semáforo para veículos, na perna esquerda, a sinalização de trânsito de semáforo para pedestres, na altura do peito está desenhado a faixa de pedestres, usa chapéu da EPTC. Azulito é o garoto propaganda da EPTC/ASSET, que tem a finalidade de interagir de forma educativa as questões relativas a trânsito com as pessoas, os alunos, de uma forma teatral. As crianças (de quatro, cinco anos de idade) da escola infantil, ficaram muito felizes com o boneco Azulito construído pela professora. Desta vez o Azulito tomou forma de um boneco de colo desejado por todas as crianças conforme seus relatos num trabalho de sala de aula: “eu quero o Azulito pra mim”, “Eu vou levar o Azulito pra casa, ele vai dormir comigo na minha cama”, “Ele tem uma sinaleira na perna direita”, “Ele tem uma sinaleira na perna esquerda”.

A professora da escola de educação infantil no município de Porto Alegre, através de sua criatividade, com o boneco Azulito, pôde trabalhar a educação de trânsito com os alunos de uma forma divertida, as crianças desenharam o boneco e a sinalização de trânsito, pintaram com as cores verde, amarelo, vermelho o semáforo para veículos, de vermelho a mãozinha, de verde o bonequinho do semáforo de pedestres, construíram estradas, veículos com caixas de papelão e brincaram e aprenderam. A educação para o trânsito não ficou restrito somente aos alunos, abrangeu também a educação dos pais dos alunos. Devido ao interesse dos alunos, ficou estipulado que o boneco Azulito ficaria um dia na casa de cada um, a professora em sala de aula sorteia um aluno, esse aluno leva o Azulito para casa e traz no outro dia. Desta forma, com esta sistemática, a criança chega em casa com o boneco Azulito, falando de trânsito, a temática trânsito torna-se inevitável, provoca uma reflexão, uma discussão no âmbito familiar, contribuindo com isto com a educação para o trânsito. Para exemplificar, teve pais, desde então, que compraram material didático de trânsito e doaram para a escola.

- Promover uma mostra dos projetos elaborados ao final do curso;

Os integrantes do curso de Capacitação para multiplicadores de educação para o trânsito, em sua área de atuação na escola de educação infantil, ou ensino fundamental, ou ensino médio, ou público da EJA, ou professor de CFC (Centro de Formação de Condutores), ou nas empresas, ou qualquer outra instituição, elaborará um plano de aula de educação para o trânsito atendendo ao público, local e faixa-etária em questão, que é o caso desta professora de educação infantil que elaborou um projeto de educação para o trânsito na sua escola, onde faz parte do projeto usar o boneco Azulito como recurso didático.

- Fornecer subsídios teóricos e práticos aos educadores para realizarem ações educativas no trânsito dentro e no entorno do espaço escolar;

Elaborado o projeto, plano de aula, a EPTC/ASSET dará suporte didático a esse educador. Haverá uma parceria entre educador, escola e EPTC/ASSET, no levantamento da problemática do trânsito local, dos hábitos e saberes do público alvo e partindo dessa realidade elaborar um plano educativo de trânsito específico.

Uma constante reclamação dos professores no início do curso, foi a falta de material didático, não encontram material didático para trabalhar educação para o trânsito. Os instrutores do curso informaram que o DENATRAN tem material didático que será fornecido gratuitamente às escolas através de solicitação. O que está ocorrendo é que as escolas por não darem aula de trânsito, os discentes desconhecem ter esse material disponível e sem custo, basta solicitar por e-mail ao DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito).

- Criar uma rede de multiplicadores de educação para o trânsito (protagonismo);

O 5º Curso de Capacitação para Multiplicadores de Educação para o Trânsito, habilitou 60 educadores de trânsito disseminando, dessa forma, cada vez mais a “disciplina educação para o trânsito”. Ao final do curso os professores em pequenos grupos apresentaram projetos de educação para o trânsito a ser implementado em seus colégios com apoio e suporte pedagógico da EPTC. Neste momento em que estou concluindo o curso de pedagogia e não trabalho ainda em nenhuma escola contribuí com o projeto da professora da escola infantil que construiu o Azulito na elaboração de uma aula de trânsito de como atravessar a rua utilizando como recurso didático o conto da história do meu cachorro Toquinho, já relatado anteriormente e a elaboração de uma música tocada ao violão que está em anexo.

- Realizar uma publicação específica sobre educação para o trânsito das experiências vivenciadas, com e pelos educadores, a partir da execução dos projetos.

REALIDADE DO TRÂNSITO NO BRASIL

Todo brasileiro que queira obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e desta forma estar apto a dirigir um veículo automotor e elétrico, deve preencher os seguintes requisitos: Ser *penalmente imputável*, ou seja, ter a capacidade de assumir responsabilidades que na legislação brasileira ocorre com a maioria (18 anos de idade), o que não ocorre com os inimputáveis de qualquer idade como os doentes mentais; requer *aulas prática* veicular e *teórica* de legislação de trânsito numa instituição educacional apropriada que é o Centro de Formação de Condutores (CFC); *Saber ler e escrever*.

O trânsito, a educação para o trânsito na vida das pessoas parece que começa aos 18 anos de idade, no momento em que se está apto e queira obter a CNH. É neste momento que se entra para o CFC para aprender a dirigir, aprender legislação de trânsito, para passar por provas práticas e teóricas e com isto obter a permissão para dirigir. O aluno aprende na instituição CFC, entre outras coisas, o que é trânsito, quais as regras de circulação de veículos e de pessoas, como cuidar do veículo, como funciona seus equipamentos e acessórios, como dirigir, direção defensiva, relações interpessoais, primeiros socorros, cuidado com o meio ambiente. Antes dos 18 anos de idade, o que tudo indica, se aprende educação para o trânsito na prática, com os pais, pois o local apropriado a instituição escola não está preparada, não consta no currículo, os professores não têm formação de educadores para o trânsito. Desta forma, por não ter uma educação para o trânsito efetiva e prolongada, aos de 18 anos de idade, recém saindo do CFC com a CNH em mãos e com pouca prática veicular, pouca assimilação, significado e sua importância de uma imensa quantidade de regras, sinais, placas que a legislação de trânsito impõe e se faz necessário que se saiba para um trânsito seguro, o jovem encontra-se numa “armadilha de acidente de trânsito”

Indenizações do DPVAT em 2009. Segundo dados da Seguradora Líder/DPVAT, quase 45% das vítimas de acidentes de trânsito que receberam a indenização do seguro obrigatório de veículos (DPVAT) em 2009 tinham, no máximo, 30 anos de idade. Outros 42% do total foi composto de vítimas entre 31 e 60 anos, e apenas 8,1% das vítimas tinham 61 anos de idade ou mais.

A maior parte do valor das indenizações foi para pessoas que ficaram inválidas (46%, representando 118.021 pessoas). Já 20% das indenizações liberadas no período foram pagas às famílias de pessoas mortas nos acidentes, o que representa uma média diária de 147,3 pessoas mortas no trânsito por dia (isso, contando apenas os casos que requerem a indenização do seguro). Já 33,3% do total das indenizações em 2009 foi direcionado para o pagamento de despesas médicas e hospitalares. Outro dado relevante divulgado pela seguradora é que mais da metade das vítimas (56,8% do total) estava em motocicletas ou foi envolvida em acidentes provocados por motos.

REALIDADE DO TRÂNSITO NO RS/PORTO ALEGRE

De acordo com os boletins de ocorrência de trânsito com morte e de indenização do DPVAT, as maiores vítimas são os jovens entre 18 e 30 anos de idade, cito como exemplo a reportagem de Zero Hora informando que devido a colisão de um carro contra um poste na Av. Juca Batista, em Porto Alegre, ocorrido no dia 17/04/2010, ocasionou a morte, de um jovem de 20 anos e que o outro ocupante do veículo uma mulher, foi conduzida pela SAMU ao HPS, gravemente ferido. O jornal Correio do Povo informa que devido a uma colisão de frente entre um automóvel e um caminhão no Km 56,8 da BR 386 no município de Seberi, RS, ocorrido no dia 25/04/2010 fez três vítimas fatais: uma vítima de 22 anos e duas vítimas ambas de 15 anos de idade. São apenas dois exemplos de acidente de trânsito com morte, entre vários outros ocorridos diariamente na capital e interior do Estado, basta abrir os jornais e constatar esta triste realidade. Segundo a matéria do jornal Zero Hora de 22/04/2010 informa: Trânsito mata cinco gaúchos por dia em abril, um percentual maior do que o mesmo período do ano passado de quatro mortes por dia. Em 2010, desde primeiro de janeiro até 21 de abril, o trânsito gaúcho já matou 474 pessoas. Na matéria do dia 19/03/2010, Zero Hora já informava: Frota gaúcha cresce 6,74% em um ano, num ritmo 3,5 vezes superior ao aumento populacional no Rio Grande do Sul, o que dá indícios do aumento das tragédias no trânsito gaúcho.

Dados da coordenação de informações de trânsito da EPTC informa que no ano de 2009 no município de Porto Alegre ocorreram 170 mortes no trânsito, desses: 84,11% ficou distribuído em motociclista – 65 mortes, e atropelamentos – 78 mortes, o que dá um total de 143 mortes. Em 2008 foram 3.504 e em 2009 foram 3.832 motociclistas feridos. Em 2009 a frota de veículos em Porto Alegre aumentou em 4,92% (de 627.000, para 658.000 veículos).

Segundo o informativo n 165 da EPTC de maio de 2010, desde o início da campanha do Novo Sinal (Sinal feito com a mão para os carros pararem na faixa e o pedestre poder atravessar a rua), em setembro de 2009, as mortes por atropelamento apresentaram uma redução de 17% em Porto Alegre. Foram 52 mortes entre setembro de 2008 e abril de 2009, contra 43 de setembro do ano passado a abril de 2010. O número total por atropelamento teve um aumento de 8% (811 a 881).

O número de mortes no trânsito da capital diminuiu 3% no período do Novo Sinal. Ocorreram 111 vítimas fatais contra 108. Já o número total de acidentes apresentou um aumento de 3,5%. Foram 15.853 contra 15.316. Os dados são da coordenação de estatística da EPTC e não leva em conta o aumento percentual de 5% da frota, cerca de 30.000 veículos ao ano, em Porto Alegre.

Recentemente a equipe de pintura da EPTC já revitalizou 2.000 faixas de segurança em diversos pontos da cidade para garantir mais visibilidade e segurança aos pedestres.

De acordo com o Diário Oficial de Porto Alegre – Ano XV- Edição 3.756/2010, a prefeitura tem prejuízo de R\$ 1 milhão com vandalismo na sinalização, com danos aos equipamentos de circulação da cidade, em razão de pichações, estragos e furtos diversos. Os danos à sinalização, além do prejuízo financeiro, representam riscos à segurança de motoristas e pedestres.

PROPOSTA PEDAGÓGICA EM EJA

A palavra TRÂNSITO, que vem de transitar, sempre esteve presente em nossas vidas e através de um processo evolutivo, tornou-se cada dia mais complexo, necessitando, mais recentemente, um regramento social transformado em Lei.

A Lei 9.503 de 1998, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), estipula que a educação de trânsito é direito de todos, que a educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1, 2 e 3 graus e que o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do CONTRAN e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito. O CTB estipula, promove, mas não elabora nenhum projeto educacional de educação para o trânsito nas escolas.

A proposta é que a educação para o trânsito nas escolas, em específico a EJA, passe a fazer parte do currículo como disciplina ou parte de uma disciplina. É obrigatório no currículo disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, etc. No ano de 2010 já deve/deveria ser curricular educação para o trânsito nas escolas (é um caso de saúde pública) como disciplina ou vinculada à outra disciplina como, por exemplo, disciplina de cidadania.

É preciso construir a nova escola e a nova educação escolar pública. Esta é para mim uma grande e excelente oportunidade para construir a escola pública que desejamos. Construí-la a partir do entendimento de que é através da escola pública que as classes populares têm acesso à educação escolar e à conseqüente apropriação/produção do saber. (AGUIAR, 1992, p. 4).

Apesar de iniciativas municipais de educação para o trânsito nas escolas como promovido pela EPTC e a Fundação Thiago Gonzaga em Porto Alegre, do diretor do CFC de Sabará em Minas Gerais, essas ações ainda atingem muito pouco a sociedade como um todo. A educação para o trânsito entrando no currículo é um ganho para toda a população brasileira, em específico no município de Porto Alegre, somariam as forças. A EPTC continuaria fazendo o seu trabalho com mais intensidade no preparo de professores como educadores para o trânsito.

Pensar um projeto político-pedagógico de escola implica, também, em considerar o aluno como o beneficiário imediato do processo de produção pedagógico. (AGUIAR, 1992, p. 3).

O público da EJA de 15, 60, ou mais anos de idade tem peculiaridades bem definidas, são gerações diferentes, com pensamentos e hábitos diferentes em específico ao trânsito. Na década de 70 tirava-se a CNH e valia por 40 anos e hoje tem condutor dessa época que está completando quatro décadas sem passar por uma reciclagem, aperfeiçoamento, exame médico de ordem institucional. O aluno de 15 a 18 anos não pode dirigir ainda e provavelmente tão logo possa, ao chegar a maior idade, assim o fará. O colégio deve ajudar nessa caminhada. O papel da escola enquanto instituição social no processo formativo do cidadão deve dar atenção em especial a educação para o trânsito em todos os níveis escolar. Exemplo disto é o aluno quando chega com 18 anos ao Centro de Formação de Condutores para habilitar-se a CNH sem nenhuma informação teórica e prática sobre trânsito e tem que dar conta em algumas aulas de toda a legislação e prática veicular. As aulas teóricas em específico tornam-se veiculação de conteúdos para decorar e passar numa prova objetiva que é exigido um acerto mínimo de 70% para aprovação, não basta decorar, tem que saber, entender, e para isto requer tempo, um aprendizado contínuo.

Em fim os colégios, em específico os de EJA, estariam contribuindo na educação para o trânsito não somente numa preparação teórica e filosófica na formação de um futuro condutor veicular, mais do que isto, estaria a escola, contribuindo na tomada de consciência de seus alunos em seu papel de pedestre, condutor, passageiro, profissional do trânsito, rumo a reeducar, transpor barreiras, mudar atitudes para estar e colaborar para um trânsito mais seguro.

A legislação de trânsito é complexa, abrangente e modifica-se freqüentemente através de leis, resoluções, portarias. Para atender a demanda do trânsito que se transforma constantemente, a escola poderia em todos os seus níveis estar divulgando estas questões para seus alunos. A escola estaria contribuindo com a sociedade formando cidadãos conscientes de seu papel como elemento do trânsito.

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (FREIRE, 2006, P. 126)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Licenciatura em Pedagogia possibilita trabalhar como educador com escolas de educação infantil, séries iniciais e públicos da EJA (Educação de Jovens e Adultos). O que se vai trabalhar em sala de aula está alicerçado num projeto político pedagógico do modelo capitalista de produção.

Todo projeto pedagógico é político e se acha molhado de ideologia. A questão a saber é a favor de quê e de quem, contra quê e contra quem se faz a política de que a educação jamais prescinde. (FREIRE, 2006, p. 44).

Acidentes de trânsito podem ser evitados, não extinguido, mas minimizado, pois o ser humano tem falhas e em fração de segundos num mínimo de desatenção pode levar a um acidente fatal. O acidente de trânsito aumenta na proporção que você desconhece a sua sistemática. Envolver-se em acidente de trânsito por falha humana é compreensível na medida que sabemos que errar faz parte da natureza humana, o que não se admite é errar por desconhecimento. Conhecer a sua sistemática, as regras de trânsito é um direito de todos e é na instituição Escola o local apropriado para socializar essas informações. O cidadão no trânsito pode errar por querer errar, porém, que ele saiba o porquê e em que está errando, e assuma a responsabilidade deste ato. O que não podemos deixar acontecer é a pessoa estar inserida no trânsito sem saber suas regras e as conseqüências de não obedecê-las. Por exemplo, o condutor ou passageiro, provavelmente não usará o cinto de segurança por desconhecer a sua funcionalidade. O condutor ou o passageiro esclarecido sobre o que é o cinto de segurança e qual o seu benefício, numa minoria poderá até não usá-lo por negligência, mas a maioria com certeza usará.

Através de políticas públicas a educação para o trânsito deve estar contemplado nas escolas, não de uma forma autoritária, imposta de cima para baixo, como educação bancária nas palavras de Paulo Freire, mas de uma forma democrática através do diálogo, sendo assim o Ministério da Educação poderia fazer uma pesquisa junto a comunidade escolar para decidir se a maioria dos pais, alunos, professores entendem como necessário e sendo assim incluir a educação para o Trânsito como disciplina curricular.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Raimundo Helvécio Almeida. Plano Político Pedagógico. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Educação, Departamento de estudos Especializados, 1992. 5p. Texto digitado. Palestra apresentada no “Encontro sobre Projetos de Escola”, Santa Maria, 23 set. 1992.
- FILIPOUSKI, Ana Mariza R. Trânsito e Educação itinerários pedagógicos. UFRGS, 2002.
- FREIRE, Paulo. A Educação na Cidade. Cortez, 2006.
- LAZZARI, Carlos Flores; WITTER, Ilton Roberto da Rosa. Nova Coletânea de Legislação de Trânsito. Sagra Luzzatto, Porto Alegre.
- MARTINS, João Pedro. A Educação de Trânsito campanhas educativas nas escolas. Autêntica, 2004.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p.289-300 (Metodologia qualitativa de pesquisa), maio/agosto. 2004.
- MCKERNAN, James. Currículo e imaginação: Teoria do processo, pedagogia e pesquisa-ação. Artmed, 2009.
- MEKSENAS, Paulo. Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas (cap. 6, Métodos em pesquisa empírica), Edições Loyola.
- PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ESTEIO, RS.
- ROZESTRATEN, Reinier J. A. Psicologia do trânsito: Conceitos e processos básicos. E. P. U. EDUSP, 1988.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade Uma introdução às teorias do currículo. Autêntica, Belo Horizonte, 2003.
- YUS, Rafael. Temas Transversais: em busca de uma nova escola. Artmed, Porto Alegre, 1998.

ANEXO

ANEXO A – Música

ATRAVESSAR A RUA

Marcelo de Oliveira Gomes

LÁ FÁ#m
EU OLHO PARA A DIREITA
 RÉ MI 2 x
DEPOIS OLHO PARA A ESQUERDA

 FÁ#m MI
 SE NÃO VIER NENHUM CARRO
 FÁ#m MI
 AÍ ENTÃO POSSO ATRAVESSAR
 FÁ#m MI MI7
 NA FAIXA DE PEDESTRES
 SIm MI
 POIS ALI É O MEU LUGAR

 FÁ#m MI
 E QUANDO VIER UM CARRO
 FÁ#m MI
 A MÃOZINHA EU VOU USAR
 FÁ#m MI MI7
 O CARRO VAI PARAR
 SIm MI
 ENTÃO NA FAIXA EU VOU ATRAVESSAR

 FÁ#m MI
 DEPOIS DE ATRAVESSAR – A RUA!
 FÁ#m MI
 É NA CALÇADA QUE EU VOU ANDAR – NA RUA!
 FÁ#m MI MI7
 E MEUS AMIGOS VOU ABRAÇAR – NA RUA!
 SIm MI
 MUITO CONTENTE EU VOU FICAR – NA RUA!